

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

JUVENTUDES PERIFÉRICAS E REINVENÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE: “ENTRE” O INSTITUÍDO E O INSTITUINTE

Sebastião Everton De Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11791>

Submetido em: 2025-04-19

Postado em: 2025-05-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

**JUVENTUDES PERIFÉRICAS E REINVENÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE:
“ENTRE” O INSTITUÍDO E O INSTITUINTE**

SEBASTIÃO EVERTON DE OLIVEIRA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3509-7426>

sebastianpj06@gmail.com

¹ Doutor em educação pela UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

RESUMO: Este artigo investiga a crise de representatividade em espaços de decisão política sob a ótica das ações coletivas juvenis, com foco na exclusão histórica de grupos marginalizados, como juventudes periféricas, mulheres negras e pessoas LGBTQIA+. Utilizando uma abordagem interdisciplinar e uma metodologia qualitativa fundamentada na pesquisa militante — que inclui mapeamento em bola de neve, observação participante, análise documental e diário de campo — a pesquisa analisa se novos movimentos sociais têm ressignificado a prática representativa. Os resultados indicam que coletivos juvenis atuam como agentes de transformação ao tensionarem estruturas institucionais, ampliando as possibilidades de participação democrática e disputando novos sentidos para a política contemporânea.

Palavras-chave: representatividade política; movimentos sociais; ações coletivas juvenis.

**PERIPHERAL YOUTHS AND THE REINVENTION OF REPRESENTATIVENESS:
'BETWEEN' THE INSTITUTED AND THE INSTITUENT**

ABSTRACT: This article investigates the crisis of representativeness in political decision-making spaces from the perspective of youth collective actions, with a focus on the historical exclusion of marginalized groups such as peripheral youth, Black women, and LGBTQIA+ people. Using an interdisciplinary approach and a qualitative methodology grounded in militant research—including snowball sampling, participant observation, document analysis, and field diary—the study examines whether new social movements have redefined representative practices. The findings indicate that youth collectives act as agents of transformation by challenging institutional structures, expanding the possibilities of democratic participation, and disputing new meanings for contemporary politics.

Keywords: political representativeness; social movements; youth collective actions.

**JUVENTUDES PERIFÉRICAS Y REINVENCIÓN DE LA REPRESENTATIVIDAD:
“ENTRE” LO INSTITUIDO Y LO INSTITUYENTE**

RESUMEN: Este artículo investiga la crisis de representatividad en los espacios de toma de decisiones políticas desde la perspectiva de las acciones colectivas juveniles, con un enfoque en la exclusión histórica de grupos marginados como juventudes periféricas, mujeres negras y personas LGBTQIA+. Utilizando un enfoque interdisciplinario y una metodología cualitativa basada en la investigación militante —que incluye muestreo en bola de nieve, observación participante, análisis documental y diario de campo—, la investigación analiza si los nuevos movimientos sociales han resignificado la práctica representativa. Los resultados indican que los colectivos juveniles actúan como agentes de transformación al tensionar las estructuras institucionales, ampliando las posibilidades de participación democrática y disputando nuevos sentidos para la política contemporánea.

Palabras clave: representatividad política; movimientos sociales; acciones colectivas juveniles.

INTRODUÇÃO

Este estudo parte da hipótese de que as formas clássicas de representação encontram-se em crise e busca compreender se as novas gerações vêm construindo práticas representativas conectadas às suas realidades. O objetivo central é analisar as representações de identidades políticas emergentes entre grupos juvenis contemporâneos, bem como as estratégias que esses coletivos adotam na luta por reconhecimento, visibilidade e redistribuição de poder.

A investigação procura entender como tais coletivos respondem às tensões políticas e sociais atuais, e quais contribuições oferecem para o redesenho das formas de participação democrática. O problema que orienta a pesquisa reside na constatação de que, frequentemente, a representação política, midiática ou institucional ocorre sem a efetiva participação dos sujeitos representados. Em outras palavras, há uma tensão persistente entre representantes e representados, na medida em que aqueles que ocupam os espaços de fala e decisão nem sempre compartilham as vivências, demandas e visões de mundo daqueles a quem deveriam expressar.

A concepção de representatividade que orienta esta análise propõe ultrapassar a visão restrita de presença formal nos espaços de poder. Compreende-se a representação democrática como a presença ativa de sujeitos com agência, voz própria e capacidade real de incidir nas decisões que afetam suas vidas. Trata-se de um exercício coletivo, que rompe com a lógica da fala sobre o outro, afirmando o direito à fala própria, autônoma e situada.

Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante diante da exclusão sistemática de grupos historicamente marginalizados. A noção de “não-lugares” revela os espaços de invisibilidade vivenciados por essas chamadas minorias sociais. Assim, a representatividade é aqui concebida não apenas como uma demanda identitária, mas como uma exigência de justiça social e redistribuição de poder — uma disputa por presença política efetiva e transformadora. Ao reivindicarem autonomia e participação direta, tais grupos sinalizam a urgência de práticas democráticas mais inclusivas, que reconheçam a diversidade de saberes, experiências e modos de vida.

Nesse contexto, a identidade política é compreendida como um processo relacional e estratégico, forjado nas lutas sociais e nas classificações estigmatizantes. Conforme propõe Oliveira (2023), trata-se de uma identidade ativada em disputas simbólicas e materiais por reconhecimento,

especialmente por parte de grupos subalternizados. São identidades coletivas, dinâmicas e vinculadas a projetos de redistribuição de direitos.

A pesquisa também apresenta uma crítica ao conceito contemporâneo de contrato social, evidenciando que as formas de representação juvenil ocorrem, muitas vezes, por meio de vínculos precários e informais. Paradoxalmente, essa precariedade pode abrir espaço para práticas inventivas, que tensionam e subvertem as estruturas instituídas. Nesse sentido, mobiliza-se a noção de “geografia da raiva” (Appadurai, 1994) como chave interpretativa para compreender a potência política de identidades minoritárias frente às violências simbólicas e materiais.

Os referenciais teóricos adotados sustentam a análise das tensões envolvidas nas formas de nomeação, organização e ação dos coletivos juvenis contemporâneos. A partir disso, a pesquisa oferece subsídios para compreender as transformações em curso no engajamento político das juventudes e as inovações trazidas pelas novas formas de ação coletiva.

Diante desse panorama, a pergunta que orienta o trabalho é: estariam os novos movimentos sociais — especialmente aqueles protagonizados por jovens — redesenhando as práticas representativas e os sentidos da participação política na contemporaneidade?

METODOLOGIA

O estudo adota como base a abordagem da pesquisa militante, concebendo a ciência e a política como dimensões indissociáveis (Bringel & Varella, 2016; Oliveira e Leão 2019). Essa perspectiva rompe com hierarquias tradicionais entre pesquisador e participantes, promovendo uma construção conjunta do conhecimento. Parte-se da premissa de que todo saber é parcial, localizado e historicamente situado (Gonzalez, 1984; Bringel, 2011; Haraway, 2015). Por isso, reconhecemos os sujeitos da pesquisa como coautores e produtores de conhecimentos.

A investigação iniciou-se com a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética. Depois, foi realizado o mapeamento de ações coletivas em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, com base em dados disponíveis em plataformas digitais e bancos como o Fórum das Juventudes da RMBH e o Edital Cê Fraga, do Coletivo “Muitas pela cidade que queremos”. A esse levantamento somou-se a técnica de bola de neve para identificar outras iniciativas. Após esse processo, foram selecionadas três coletivas para acompanhamento aprofundado, com base em critérios de protagonismo juvenil e atuação no campo das identidades políticas: Pretas T, DiverCidade PL e Manas.

Para a coleta e análise de dados, foram utilizados métodos qualitativos como análise documental, observação participante, registros em diário de campo e rodas de conversa. A observação se baseou nos princípios de Cardoso (2000), priorizando escuta ativa e registros minuciosos dos encontros. As conversas aprofundadas buscaram compreender os sentidos atribuídos às experiências, conforme proposta por González e Rey (2005). A análise de redes sociais complementou o estudo, permitindo explorar a atuação híbrida (on-line e off-line) desses grupos (Fragoso, et al., 2011).

A coletiva Manas reúne cerca de 265 mulheres da Grande BH, articuladas sobretudo via WhatsApp, onde definem estratégias de ação e organizam saraus, slams e outras intervenções. Já a Pretas T é formada por seis mulheres transexuais negras e tem foco na construção de trajetórias de cidadania, articulação em campanhas públicas e criação de uma cooperativa de renda solidária. A DiverCidade PL, por sua vez, atua em Pedro Leopoldo (MG) na luta política enquanto rede de caráter suprapartidária, realizando eventos como Paradas LGBTQIA+ e audiências públicas, sempre conectando lutas locais a pautas estruturais.

A inserção nos coletivos foi mediada por três interlocutoras e aprovada internamente por cada grupo. Contou, portanto com a participação de 13 jovens co-elaboradoras. Além disso, algumas estratégias metodológicas, durante o trabalho de campo, precisaram ser adaptadas em função da pandemia de COVID-19, respeitando as diretrizes sanitárias vigentes. A pesquisa militante, nesse sentido, implicou também uma postura ética de escuta, corresponsabilidade e constante negociação de sentidos entre pesquisador e participantes.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Esta seção sistematiza os principais achados da pesquisa, organizados em sete eixos analíticos que revelam dimensões centrais da atuação dos coletivos investigados. Cada eixo articula reflexões teóricas e experiências vividas, evidenciando como as juventudes periféricas vêm expandindo os sentidos da política e reinventando as formas de participação democrática a partir de suas práticas cotidianas.

NOMEAÇÃO E IDENTIDADE DAS COLETIVAS

A forma como os coletivos se nomeia é, por si só, um ato político. A escolha do nome expressa disputas simbólicas, reposicionamentos identitários e estratégias de visibilidade que rompem com enquadramentos normativos. Em muitos casos, a nomeação é um processo coletivo, fluido e em constante reconstrução, que traduz o desejo de autonomia, reinvenção e enraizamento territorial.

Alguns grupos passaram por mudanças significativas de nome, revelando processos de amadurecimento político e identitário. É o caso da Coletiva Manas, que anteriormente se chamava Coletiva Manas e Monas. A alteração, segundo suas integrantes, buscou ampliar os sentidos de acolhimento e pertencimento: “a gente mudou o nome porque ele já não dava conta da diversidade que tínhamos no grupo... queríamos algo mais aberto, mais leve, que ainda fosse nosso, mas que não nos engessasse.” A mudança sinaliza um movimento de autorreflexão que reafirma a liberdade de se redefinir, resistindo a rótulos fixos e essencialistas.

Essa prática de autonomeação reflete uma identidade em construção, que se distancia das lógicas classificatórias hegemônicas. Nomear-se é, nesse contexto, um gesto de afirmação que conecta experiências de vida, trajetórias de luta e sonhos compartilhados. Como relata uma jovem da Pretas T: “a gente escolheu esse nome porque é isso: somos pretas, somos T, mas mais que tudo, somos potência. A quebrada precisa ouvir o que a gente tem pra dizer.”

A potência da nomeação também se manifesta nas escolhas individuais de nome. Juhlia, por exemplo, compartilha que seu nome foi inspirado em uma vizinha que admirava desde criança: “Eu olhava pra ela e achava tudo: o jeito de falar, de se vestir, de andar na rua. Quando fui me nomear, só podia ser Juhlia. Era um nome que carregava força, beleza e uma história de onde venho.” Essa escolha evidencia como a construção identitária se ancora em vínculos comunitários e referências afetivas, rompendo com a ideia de um “nome social” como mera formalidade burocrática.

A criação de nomes — tanto dos coletivos quanto dos sujeitos — ativa linguagens locais e inventividades populares. Muitos nomes surgem de gírias, memes, códigos internos ou expressões da quebrada, conferindo identidade e autenticidade às trajetórias. Em vez de se adequar a nomenclaturas institucionais, os coletivos constroem uma linguagem própria que mistura irreverência, crítica e afeto.

Em síntese, a nomeação e renomeação das coletivas evidenciam o caráter performativo e insurgente da identidade política juvenil. Ao nomear-se, os grupos e sujeitos não apenas se identificam, mas produzem sentido, inventam lugares de fala e reconfiguram os modos de estar no mundo. Trata-

se de um processo de agência simbólica que desafia as lógicas de apagamento, estigmatização e controle — e que afirma, com criatividade e coragem, o direito de existir em seus próprios termos.

IDENTIDADE POLÍTICA E RECONHECIMENTO

Ao se apresentarem prioritariamente como artistas, as Pretas T deslocam o olhar social da condição trans como déficit para uma perspectiva de agência estética e política. Com isso, ao afirmar que “não queremos ser reconhecidas como trans, mas como um coletivo de arte foda”, Juhlia aponta para a recusa de uma identidade capturada por estigmas ou pela lógica da vitimização. Sua fala expressa o desejo de reconhecimento para além dos marcadores identitários fixos e estigmatizados, reivindicando o direito à complexidade, à criatividade e à potência coletiva.

Essa recusa a enquadramentos reducionistas ilustra o modo como as juventudes investigadas constroem suas identidades políticas a partir de experiências compartilhadas de exclusão e resistência. As coletivas atuam como espaços de reinvenção e visibilidade, nos quais sujeitos subalternizados articulam formas criativas de existir e disputar sentidos no espaço público. Podemos dizer que essas práticas associam a luta por reconhecimento simbólico à redistribuição de direitos, ampliando o conceito de representação política para incluir voz própria, pertencimento e ação coletiva (Fraser, 2006; Mouffe, 2015).

A centralidade da existência digna é reafirmada como horizonte da luta política, onde a representatividade não é apenas ocupação de um lugar, mas construção coletiva de dignidade, autonomia e horizontes de futuro. Como afirma Juhlia em outro momento: “a gente não quer só sobreviver, quer viver. Precisamos de dinheiro para viver. Por isso, inserimos as meninas em vários espaços de trabalho”. Essas juventudes reconfiguram a política como um campo vivido, atravessado por afetos, estéticas e práticas insurgentes que desafiam os limites da institucionalidade tradicional.

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO E DISPUTA DE ESPAÇOS

Os coletivos juvenis investigados atuam em uma zona de intersecção entre o formal e o informal, transitando entre diferentes esferas de ação. Constroem comissões, ocupam instituições, mas também realizam ações culturais, artísticas e comunitárias. A política emerge, nesse contexto, por meio de marchas, slams, saraus e mobilizações territoriais, como expressa Gael, da Coletiva DiverCidade PL: “a gente conseguiu puxar um ato, depois uma audiência pública, depois conseguimos participar de uma comissão junto com o poder público pra decidir sobre o transporte público aqui na cidade.” Já Otávio comenta com ironia a oscilação nas participações: “No WhatsApp tem tipo 20 pessoas no grupo, mas na reunião vai 10. Às vezes vai quatro (risadas).”

A prática política desses coletivos é marcada por uma racionalidade própria, que denominamos racionalidade política das ruas — uma expressão que busca nomear formas de engajamento construídas à margem dos moldes tradicionais da institucionalidade. Essa racionalidade emerge da vida cotidiana e das experiências de exclusão, mobilizando afetos, criatividade e vínculos comunitários como formas legítimas de ação política.

Diferentemente da lógica burocrática da política formal — orientada por regras, processos normativos e representações distanciadas —, essa racionalidade opera pela escuta atenta, pela ocupação simbólica e concreta dos territórios, pelo uso estratégico das redes sociais e pelo cultivo de relações horizontais. Como define Ingrid, também da DiverCidade PL: “a gente se encontra no rolê, na marcha, no grupo de zap. É tudo política, mas de outro jeito.” Gael complementa: “a gente conversa na laje, decide no grupo, monta arte no Canva e já publica. A ação sai rápido, porque é do nosso jeito, não tem que pedir autorização pra tudo.”

Essa forma de fazer política articula ambientes virtuais e presenciais, cruzando o ativismo digital com a ocupação das ruas da cidade — onde se realizam performances, intervenções artísticas, assembleias espontâneas e manifestações culturais. Como sintetiza Juhlia, da Pretas T: “política é também quando a gente faz um slam, quando a gente dá espaço pra outra falar, quando a gente dança ou pinta uma faixa. Isso é fazer a quebrada falar.” São práticas que escapam às gramáticas convencionais da política racional-legal, mas que produzem efeitos simbólicos potentes e abrem espaços instituintes.

A racionalidade política das ruas, portanto, constitui uma forma insurgente de agência, situada e relacional. Ela cria espaços de pertencimento e formula demandas a partir da experiência vivida, recusando mediações que silenciem ou distorçam as vozes das periferias. Mais do que ocupar instituições, esse modo de fazer política propõe transformá-las desde fora — por meio de práticas que misturam escuta, criação, afeto e indignação coletiva.

AUTORREPRESENTAÇÃO E LINGUAGEM COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

As coletivas reivindicam o direito de falar por si, recusando a lógica de “dar voz”. Inspirados em Spivak (2010), podemos dizer que demandam não só visibilidade, mas a escuta ativa e o reconhecimento como sujeitos políticos legítimos. As nomeações identitárias são fluidas, situadas e históricas, como expressa Juhlia: “a gente vai sendo. Então é isso, acho que é uma coisa mutável assim, mas também eu não posso garantir muito porque eu sou travesti (risadas). E preta!”

Como aponta Jazz, da Coletiva Manas: “O que é representatividade, né? Acho que é você olhar pro outro e se reconhecer. Nem que seja um pouquinho. Então, eu olho para as mulheres que são todas artistas, a maioria. Mulheres, a maioria preta. (...) me representa sim. Sabe?” A linguagem visual, corporal e digital torna-se ferramenta política. Hashtags, pronomes neutros, performances artísticas e memes se articulam como formas de representação política que não dependem exclusivamente de estruturas formais

TENSÕES COM A INSTITUCIONALIDADE E CRIAÇÃO DE CONTRA ESPAÇOS

A relação com o Estado e a universidade é marcada por ambivalência. Há, por um lado, o reconhecimento de sua importância estratégica — como espaços de disputa por direitos e visibilidade —, mas, por outro, persistem críticas à lógica verticalizada, ao extrativismo acadêmico e à captura institucional das pautas. Giovanna, da Pretas T, observa: “tenho um grande receio do caminho que a universidade nos vê.” E uma interlocutora do coletivo relata: “paramos de responder perguntas pra TCC etc., até que a gente realmente pertença à academia. Eu, infelizmente, não posso, pela minha ética, passar por cima dessa decisão coletiva.”

Essa desconfiança não se limita às falas: ao longo do processo de pesquisa, dois coletivos recusaram formalmente o convite para participar do estudo, justamente por não reconhecerem legitimidade suficiente no campo acadêmico para traduzir suas vivências. Tal recusa, longe de ser um obstáculo, reafirma a potência das decisões coletivas e os limites éticos da pesquisa tradicional diante de sujeitos historicamente silenciados.

A criação de espaços autônomos e comunitários funciona, assim, como contraponto ativo a essa tensão. As coletivas organizam-se em redes porosas (Migliorin, 2020), promovendo encontros em praças, lajes, redes sociais e espaços simbólicos. Esses territórios de ação ativam laços afetivos, reconhecem saberes situados e sustentam formas de participação baseadas na escuta, na assembleia e no vínculo ético com o território. Bruxa, da Manas, comenta: “A gente avalia se vale a pena topar

como coletiva. Se condiz com a coletiva.” E Ingrid, da DiverCidade PL, complementa: “me sinto muito representada e me sinto representante dentro dela, porque é um espaço aberto.”

CULTURA, CORPOREIDADE E AFETIVIDADE COMO GRAMÁTICAS POLÍTICAS

A arte ocupa um papel central na atuação política das juventudes periféricas investigadas. Longe de ser mero adorno cultural, ela configura-se como linguagem política insurgente, capaz de tensionar narrativas hegemônicas, reivindicar presença e criar espaços de reconhecimento. As ações dos coletivos analisados incorporam a arte de maneira orgânica às suas práticas de mobilização: saraus de poesia em praças públicas, slams antirracistas, blocos de carnaval feministas, oficinas de estêncil e grafite, intervenções performáticas e ocupações de espaços criminalizados e festas de rua com temáticas LGBTQIA+ funcionam como atos de resistência e reinvenção do comum.

Cursinhos populares organizados pelas próprias coletivas, como os que ocorrem nas periferias de BH e nas lajes ocupadas pelos grupos, são espaços que mesclam formação política, estética e afetiva. Marchas como a “LGBT de Pedro Leopoldo” e a “Marcha das Mulheres” também são exemplos de como essas juventudes ocupam os territórios com seus corpos, vozes e cores, desafiando o conservadorismo local. Como narra Gael, da DiverCidade PL: “Eu fico pensando... a gente fez a primeira marcha LGBT de Pedro Leopoldo. É uma coisa que eu jamais imaginaria. A cidade retrógrada do jeito que é... A gente puxou a marcha das mulheres aqui também na cidade, sabe?”

Para Judith Butler (2015), o corpo que aparece no espaço público é já um gesto político: a performatividade não é apenas teatralidade, mas uma forma de agir e produzir efeitos. Nas práticas juvenis investigadas, os corpos racializados, dissidentes e periféricos tornam-se veículos de denúncia e criação. Essas ações performáticas desafiam as gramáticas políticas clássicas — baseadas na racionalidade argumentativa e na mediação formal — e propõem uma política fundada no afeto, na sensibilidade e no pertencimento.

A dimensão estética, portanto, não se opõe à política: ela é política. Nas bordas das instituições e no centro das quebradas, a arte pulsa como linguagem de sobrevivência e expressão daquilo que muitas vezes não encontra lugar nas estruturas tradicionais. Trata-se de uma forma de dizer e existir que escapa à codificação normativa e, por isso mesmo, expande os sentidos da cidadania e da ação coletiva.

FORMAS DE REPRESENTAR: LEGITIMIDADE RELACIONAL E INSURGENTE

A pesquisa revela que, para as coletivas, a representação não se dá por mecanismos formais, mas por reconhecimento mútuo, história compartilhada e prática cotidiana. A autoridade política é legitimada pela escuta, coerência e implicação com a luta. Bruxa, da Manas, afirma: “eu, como mulher branca, não vou representar em eventos de arte negra. Isso é mais que obrigação, é consciência.”

Garcez (2017) destaca que a representatividade pode ser legitimada por múltiplas fontes: trajetória, identidade, ações desenvolvidas e reconhecimento coletivo. A pesquisa reconhece que a legitimidade da representação política e social não se limita a cargos formais ou à representação institucional clássica. Pode ser sustentada por diversas fontes de autorização, como a história pessoal, que confere autoridade simbólica a partir de experiências vividas; e a história de um grupo, ligada a vivências coletivas de exclusão, resistência e construção de trajetórias próprias — como no caso de sujeitos surdos, negros ou LGBTQIA+.

A identidade atribuída a um grupo (adscritiva)— visível nos corpos, nas formas de viver e de se comunicar — se fortalece quando a própria pessoa se reconhece e se apresenta como parte desse grupo. Há ainda autorizações baseadas em posições formais (credencial) e no saber: a expertise científica, a profissional e a legal. Formas mais amplas de legitimação incluem o interesse coletivo, vinculado à defesa de pautas majoritárias, e as ações desenvolvidas, que evidenciam compromisso e capacidade de transformação.

Trata-se, portanto, de uma representação situada, relacional e não essencialista, que desafia a lógica tradicional da política formal. Como afirmou uma coautorada da pesquisa: “a gente conta uma história só pra servir. Nos emocionamos ao falar das nossas histórias como candidatos negros. Eles querem a gente na luta, no embate. Mas não dizem que a gente pode [ser candidato e participar das eleições].” Essas vozes reforçam que a representatividade é vivida como presença política e como reivindicação por uma nova forma de estar no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações coletivas juvenis analisadas neste estudo revelam a potência das juventudes periféricas na reinvenção dos modos de fazer política. Esses coletivos tensionam os limites das formas clássicas de representação e desafiam tanto as instituições quanto os padrões normativos de militância. No entanto, não rompem totalmente com o que foi anteriormente construído: eles habitam um entre-lugar — o instituído e o instituinte — no qual as estruturas existentes são criticadas, ressignificadas e, muitas vezes, reconfiguradas.

A política formal segue sendo reconhecida como espaço estratégico de disputa, mas sua centralidade é constantemente deslocada pelas práticas informais e inovadoras dos coletivos, que operam com outras lógicas: da escuta, da horizontalidade, da performance e do afeto. Como revelado nos depoimentos, essas juventudes constroem uma racionalidade política própria, marcada pela informalidade, criatividade e vínculos afetivos — aquilo que nomeamos de racionalidade política das ruas.

Essas práticas demonstram que a representatividade não pode ser reduzida a cargos ou visibilidade institucional. Trata-se de um processo relacional, situado e continuamente disputado nas experiências cotidianas, onde a legitimidade decorre do reconhecimento entre pares, do pertencimento aos territórios e do compromisso ético com as causas defendidas.

Os dados empíricos mostram que os coletivos funcionam como espaços de experimentação democrática e de criação de novas institucionalidades, não apenas ocupando os espaços existentes, mas também inventando os seus próprios. As falas e ações das juventudes investigadas afirmam o direito de existir, de narrar suas próprias histórias e de disputar sentidos no espaço público. Como sintetiza Juhliá, da coletiva Pretas T: “A gente não quer só sobreviver, quer viver.”

Conclui-se que essas experiências locais contribuem para a ampliação das fronteiras da democracia, ao confrontarem a ideia de uma representatividade universal e descolada das condições concretas de vida. Ao mesmo tempo em que denunciam os mecanismos de exclusão, os coletivos juvenis constroem alternativas políticas potentes, plurais e sensíveis às singularidades de seus membros e territórios.

Por fim, acredita-se que este estudo possa contribuir para os debates sobre juventude, ação coletiva e representação política ao oferecer uma leitura situada de algumas práticas insurgentes no campo da participação social e do engajamento de jovens em ações coletivas.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, ARJUN. *Geografia da raiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ARROYO, MIGUEL. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRINGEL, BRENO; VARELLA, NILSON. Pesquisa militante e transformação social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 110, p. 119–138, 2016.
- BUTLER, JUDITH. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CRENSHAW, KIMBERLÉ. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, 1991.
- DE JESUS, JAQUELINE. *Do grupo ao coletivo: reconfiguração identitária e ativismo político nas ações de jovens LGBT no Distrito Federal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de Brasília, 2012.
- FARIA, JULIANA. Coletivos juvenis e práticas libertárias: entre redes porosas e pedagogias da resistência. *Caderno CRH*, Salvador, v. 33, 2020.
- FOUCAULT, MICHEL. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- FRASER, NANCY. *Redistribuição ou reconhecimento? Uma crítica à justiça na era pós-socialista*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- GARCEZ, REJANE. *Representatividade e crise da democracia*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- LEITE, ADRIANO. Militância hierárquica ou ativismo fluido? As novas formas de engajamento juvenil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 99, 2019.
- MBEMBE, ACHILLE. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MELUCCI, ALBERTO. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MIGLIORIN, C. *Educação e redes porosas: coletivos, escolas e experiências cinematográficas*. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2020.
- MOUFFE, CHANTAL. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- OLIVEIRA, SEBASTIÃO EVERTON. *Ações coletivas, identidades políticas e formas contemporâneas de representatividade juvenil*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.
- PEREZ, MARIA LÚCIA; SOUZA, RICARDO. *Coletivos e movimentos sociais: uma análise comparativa*. São Paulo: Editora XYZ, 2017.
- PICHON-RIVIÈRE, ENRIQUE. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SAFATLE, VLADIMIR. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- YOUNG, IRIS MARION. *A justiça e a política da diferença*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- ZANELLA, LUCIANA. Grupos e processos de transformação. In: SILVA, Ana M.; SOUZA, E. G. (orgs.). *Psicologia Social nos contextos contemporâneos*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

ANEXOS

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

DECLARAÇÃO DE ÉTICA NA PESQUISA

O manuscrito seguiu as boas práticas éticas e as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.